



102

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração nº 0160449-7/02

Embargante: Estado de Pernambuco.

Procuradora: Luciana Roffé de Vasconcelos.

Embargado: Ricardo Oscar Bello Campos e outros.

Advogado: Roxana Grace Lima Souza Netto.

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. INADIMPLEMENTO POR PARTE DO ENTE PÚBLICO. OCORRÊNCIA DE OMISSÃO. ACLARATÓRIOS PARCIALMENTE PROVIDOS. EFEITOS INFRINGENTES CONCEDIDOS. DECISÃO UNÂNIME.

1. É certo que a condenação em dano moral não pode decorrer, automaticamente, do atraso ou do não pagamento de verbas que seriam devidas em virtude da existência de algum vínculo obrigacional. Observe-se que tal hipótese não se encontra elencada entre aquelas em que o STJ reconhece a existência de dano moral presumido, como nos casos de inscrição em cadastro de inadimplentes, atraso de voo, diploma sem reconhecimento, dentre outros.
2. A indenização por dano moral é cabível somente quando os eventos causem transtornos anormais, excepcionais, que fujam à ordinariedade, o que não restou comprovado no presente caso.
3. No que pertine à alegada nulidade contratual, ainda que se possa defender a não configuração de serviço técnico-especializado, os quais prescindem de regular procedimento licitatório, o certo é que não pode o Estado se locupletar de sua própria torpeza, beneficiando-se indevidamente da força de trabalho de seus servidores/contratados, de modo que, restando incontroversa a prestação de serviço pelos embargados, deverá o Estado pagar por tais serviços.
4. Ressaltou-se, ainda, que a partir de 30/06/2009, serão as parcelas devidas pela Fazenda atualizadas uma única vez, até o efetivo pagamento, pelos



103

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança.

5. Demais disso, considerou-se como mais justa e bem dosada a fixação dos honorários em 10% (dez por cento) do valor final da condenação.
6. Efeitos infringentes dos aclaratórios concedidos por unanimidade dos votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Embargos de Declaração nº 0160449-7/02, em sessão realizada no dia 26/09/2013, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em conceder-lhe provimento parcial, por unanimidade, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.I.

Recife, 26/09/2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



104

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração nº 0160449-7/02

Embargante: Estado de Pernambuco.

Procuradora: Luciana Roffé de Vasconcelos.

Embargado: Ricardo Oscar Bello Campos e outros.

Advogado: Roxana Grace Lima Souza Netto.

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães.

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos contra acórdão lavrado nos autos do Recurso de Agravo em apenso que, sob a óptica do embargante, incorreu em omissão na medida em que não teria havido o pronunciamento expresso acerca dos seguintes pontos suscitados nos subitens *b, c, d, e, f*, do item III, das razões do recurso de agravo, quais sejam: (i) Ausência de fundamentação para a condenação ao pagamento de danos morais; (ii) Inexistência de prova dos alegados danos morais e impossibilidade de conversão de obrigações pecuniárias em indenização por dano moral, uma vez que eventual demora será compensada pela incidência de juros e correção monetária; (iii) nulidade do contrato administrativo firmado entre o Embargante e Embargados, por violação ao disposto no art. 26 da Lei Federal nº 8666/93; (iv) Excesso na condenação em honorários advocatícios, fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor de condenação ilíquida; (v) Necessidade de aplicação da nova fórmula de atualização prevista no art. 1º-F da Lei Federal nº 9.94/97, com redação dada pela Lei nº 11.960/2009.

Requer, ao final, sejam acolhidos os presentes embargos declaratórios, dando-lhes regular processamento, para sanar a omissão alegada, operando-se efeitos infringentes, e prequestionar a matéria versada nos autos.

É o relatório.

Recife, 26 / 09 / 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães

Relator



105

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração nº 0160449-7/02

Embargante: Estado de Pernambuco.

Procuradora: Luciana Roffé de Vasconcelos.

Embargado: Ricardo Oscar Bello Campos e outros.

Advogado: Roxana Grace Lima Souza Netto.

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães.

VOTO

De logo, informo que a reapresentação do presente recurso se deve em razão da decisão proferida pelo STJ às fls. 88/89, que determinou a realização de novo julgamento da matéria articulada nos Embargos de Declaração opostos pelo Estado de Pernambuco.

Constituem os Embargos de Declaração, na forma como previsto no art. 535, I e II, do CPC, recurso cabível para atacar eventuais obscuridades, contradições ou omissões existentes na decisão embargada, sendo, em face de construção jurisprudencial, admissível contra decisões em sentido amplo.

Em regra, não possuem os aclaratórios caráter substitutivo ou modificativo do julgado fustigado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor, servindo-se tal instrumento recursal a viabilizar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

Após uma análise mais acurada do presente recurso, verifico assistir razão ao embargante. O acórdão embargado, de fato, incorreu em omissões, na medida em que não houve o pronunciamento acerca dos pontos suscitados pelo embargante, motivo pelo qual passo a analisá-los na presente oportunidade.

De início, tenho que não merece prosperar a alegação de "impossibilidade de conversão de obrigações pecuniárias em indenização por dano moral, uma vez que eventual demora será compensada pela incidência de juros e correção monetária".



106

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Ora, não houve, *in casu*, conversão da obrigação de pagar pelos serviços prestados em dano moral, mas, ao contrário, o Magistrado de Piso determinou que, além do pagamento pelos serviços prestados, fosse o Estado condenado ao pagamento pelos danos morais, fixados no percentual de 20% sobre o valor apurado.

Por outro lado, de fato a sentença *a quo* não contou com fundamentação para a condenação ao pagamento dos danos morais.

É certo que a condenação em dano moral não pode decorrer, automaticamente, do atraso ou do não pagamento de verbas que seriam devidas em virtude da existência de algum vínculo obrigacional. Observe-se que tal hipótese não se encontra elencada entre aquelas em que o STJ reconhece a existência de dano moral presumido, como nos casos de inscrição em cadastro de inadimplentes, atraso de voo, Diploma sem reconhecimento pelo Ministério da Educação, dentre outros.

O dano moral constitui-se na dor e sofrimento, que residem na alma.

A vida em sociedade traz alegrias e contentamentos, ocorrendo, dada a multiplicidade de relações intersubjetivas, satisfações e tristezas ao longo dos relacionamentos e no desenrolar dos fatos.

Isso, contudo, não implica admitir a ocorrência de dano moral todas as vezes que ocorre um dissabor ou um desgosto, pois se tratam de acontecimentos naturais decorrentes da convivência em sociedade.

A indenização por dano moral é cabível somente quando os eventos causem transtornos anormais, excepcionais, que fujam à ordinariedade, o que não ocorreu na hipótese vertente.

Assim, tenho que a sentença recorrida merece reforma quanto à condenação em dano moral.

No que tange à alegação de nulidade do contrato firmado entre as partes, por violação ao disposto no art. 26 da Lei Federal nº 8666/93, considero que não merece guarida.

É que, ainda que se possa defender a não configuração de serviço técnico-especializado, os quais prescindem de regular procedimento licitatório, o certo é que não pode o Estado se locupletar de



107

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

sua própria torpeza, beneficiando-se indevidamente da força de trabalho de seus servidores/contratados, de modo que, restando incontroversa a prestação de serviço pelos embargados, deverá o Estado pagar por tais serviços.

Relativamente ao alegado excesso na condenação, registro que, nas causas de pequeno ou grande valor, bem como nas execuções, embargadas ou não, o arbitramento das verbas honorárias dever ser feito mediante apreciação equitativa do magistrado, na forma do disposto no art. 20, §4º, do CPC, atendidas as normas contidas nas alíneas do parágrafo antecedente, não se submetendo o julgador aos parâmetros percentuais indicados no §3º, podendo ser estipuladas, inclusive, aquém ou além daqueles limites, bem como em valor certo, não percentual.

Deve, portanto, a atividade do hermeneuta no arbitramento dos honorários sucumbenciais ser sempre pautada pela observância dos princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade, para o fim de estabelecer um *quantum* que, ao passo que valora a dignidade do trabalho do advogado, não consubstancie causa de enriquecimento desmedido, guardando, em qualquer situação, relação com o valor da causa, ou da condenação, conforme a hipótese.

Neste sentido, a já tão pacificada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consubstanciada nos arestos a seguir ementados:

TRIBUTÁRIO - PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - REVISÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - ARBITRAMENTO POR EQUIDADE - VEDAÇÃO AO REEXAME DE FATOS E PROVAS - SÚMULA 7/STJ - HIPÓTESE QUE NÃO SE CONFIGURA EXORBITÂNCIA. 1. Para suspender a exigibilidade do crédito o depósito deve ser integral e em dinheiro. Se a Corte de origem afirma que o depósito judicial foi integral, emitir conclusão diversa demanda análise de provas, o que é vedado nesta Instância pelo óbice da Súmula 7/STJ. 2. A teor do art. 20, § 4º, do CPC, nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, a verba honorária será fixada mediante apreciação equitativa do magistrado. 3. No juízo de equidade, o magistrado deve levar em consideração o caso concreto em face das circunstâncias previstas no art. 20, § 3º, alíneas "a", "b" e "c", do CPC, podendo adotar como base de cálculo o valor da causa, o valor da condenação ou



108

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

arbitrar valor fixo. 4. Esta Corte tem entendido que, a pretexto de ofensa ao art. 20 do CPC, descabe nesta sede recursal revisar o quantum fixado relativo a honorários advocatícios, exceto nos casos de irrisoriedade ou exorbitância, hipótese não configurada no caso dos autos. 5. Recurso especial não conhecido ¹

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. FUNDAMENTO SUFICIENTE INATACADO. SÚMULA 283/STF. INEXISTÊNCIA DE RENÚNCIA EXPRESSA AO DIREITO SOBRE O QUAL SE FUNDA A AÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL PROPOSTA DURANTE A TRAMITAÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL. POSSIBILIDADE, QUANDO A AÇÃO AUTÔNOMA, DESACOMPANHADA DO DEPÓSITO, NÃO PRETENDE A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO EXEQUENDO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. SÚMULA 07/STJ. 6. Consoante as disposições do § 4º do artigo 20 do CPC, nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou em que for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz. 7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido ²

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 544 DO CPC. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO DE BEM À PENHORA. DIREITO CREDITÓRIO. RECUSA. ORDEM LEGAL. SÚMULA 07/STJ. 5. Os honorários advocatícios, nas causas em que não houver condenação, como nas execuções embargadas ou não, devem ser fixados à luz do § 4º do CPC que dispõe, verbis: "Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior." 6. Conseqüentemente, a conjugação com o § 3.º, do art. 20, do CPC, é servil para a aferição eqüitativa do juiz, consoante às alíneas a, b e c do dispositivo legal. 7. A revisão do critério adotado pela Corte de origem, por eqüidade, para a fixação dos honorários, encontra óbice na Súmula 07 do STJ. No mesmo sentido, o entendimento sumulado do Pretório Excelso: "Salvo limite legal, a fixação de honorários de advogado, em complemento da condenação, depende das circunstâncias da causa, não dando lugar a recurso

¹ STJ, REsp 988946/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ 21/10/2008.

² STJ, REsp 1048669/RJ, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 05/02/2009.



109

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

extraordinário." (Súmula 389/STF – Precedentes da Corte: REsp n.º 779.524/DF, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJU de 06/04/2006; REsp 726.442/RJ, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJU de 06/03/2006; AgRg nos EDcl no REsp 724.092/PR, Rel. Min. Denise Arruda, DJU de 01/02/2006). 8. Agravo regimental desprovido³

Desta feita, considerada a natureza da causa e o trabalho desenvolvido pelo patrono dos embargantes, entendo como mais justa e bem dosada a fixação dos honorários em 10% (dez por cento) do valor final da condenação.

Por fim, merece prosperar a insurgência quanto à necessidade de aplicação da nova formula de atualização prevista no art. 1º-F da lei nº 9494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09.

Segundo orientação sufragada no âmbito das Cortes Superiores, a Lei n.º 11.960/09 tem incidência imediata às ações em curso, por se tratar de norma de direito instrumental, neste sentido:

PROCESSUAL CIVIL. JUROS MORATÓRIOS. DIREITO INTERTEMPORAL. PRINCÍPIO DO TEMPUS REGIT ACTUM. ARTIGO 1º-F DA LEI Nº 9.494 /97. MP2.180 -35/2001. LEI Nº 11.960 /09. APLICAÇÃO AOS PROCESSOS EM CURSO.

1. A conclusão da decisão recorrida está em harmonia com a orientação adotada por esta Corte, no julgamento de recurso especial submetido à sistemática dos recursos repetitivos, REsp 1.205.946/SP, Rel. Min. Benedito Gonçalves. Consignou-se que o art. 5º da lei 11.960/09 tem natureza instrumental, devendo ser aplicado aos processos em tramitação, sem efeitos retroativos.

2. Agravo regimental não provido.⁴

Portanto, para o período iniciado em 30/06/2009, serão as parcelas atualizadas uma única vez, até o efetivo pagamento "pelos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança".

³ STJ, AgRg no Ag 898372/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJ 04/12/2008.

⁴ STJ, AgRg no REsp 1304493 RS 2012/0036420-0. Relator: Min. Castro Meira, Julgamento 09/10/2012. T2-Segunda Turma.



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Com essas considerações, voto pelo provimento parcial dos presentes aclaratórios, concedendo-lhes os efeitos infringentes pugnados, modificando parcialmente a sentença recorrida, excluindo da condenação os danos morais, ao tempo em que reduz o percentual determinado a título de honorários advocatícios, fixando estes em 10% sobre o valor da condenação, determinando a aplicação da nova formula de atualização prevista no art. 1º-F da lei nº 9494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, a partir de 30/06/2009, mantendo-a em seus demais termos.

É como voto.

Recife, 26 / 09 /2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator